

## EDITAL

### Hasta Pública

Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, com domicílio necessário nos Paços do Concelho, em Ponte de Lima, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima e nesta qualidade em representação do Município, pessoa colectiva de direito público n.º 506 811 913, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 31 de Março de 2014, torna público que irá proceder à alienação através de Hasta Pública, de um imóvel nos termos e condições a seguir mencionadas:

#### **1- Entidade alienante:** Município de Ponte de Lima

##### **a) Objecto da alienação em hasta pública:**

- PRÉDIO URBANO constituído por casa de rés-do-chão e 1º andar, com logradouro, sito no lugar de Mosteiro, da freguesia de Refoios do Lima, Ponte de Lima, descrito no Registo Predial sob o número três mil e oitenta e quatro (3084/20050929) pela AP. 4 de 2005/09/29, a favor da Câmara Municipal, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1398, com uma área total de 445 m2, área coberta de 180 m2, área descoberta de 265 m2.

##### **b) confrontações:**

Norte – Caminho Municipal  
Nascente – Município de Ponte de Lima  
Sul – Município de Ponte de Lima  
Poente – Município de Ponte de Lima

##### **c) Valor base de licitação:** € 90.7000,00 (noventa mil e setecentos euros)

**d) o acto público** realizar-se-á no Auditório Municipal, pelas 10h00m, do dia 6 de Maio de 2014.

**e) o prédio** encontra-se arrendado usufruindo, nessa medida, o arrendatário do direito de preferência na venda de acordo com o estipulado no artigo 1091º do Código Civil.

#### **2 - Comissão que dirige a praça**

A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão nomeada para o efeito pelo Presidente da Câmara, constituída por três membros, sem prejuízo de em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efectivos, o Presidente da Comissão designar substituto.

##### **Comissão:**

Presidente – Gaspar Correia Martins, Vice-Presidente  
Maria Sofia Fernandes Velho de Castro Araújo, Chefe da DAF

Tânia Catarina Sá de Brito Esteves, Assistente Técnica

### **3 - Local e Horário de consulta do processo:**

a) O processo encontra-se patente para consulta no Gabinete de Atendimento ao Múncipe do Município de Ponte de Lima e no sítio da Internet, endereço [www.cm-pontedelima.pt](http://www.cm-pontedelima.pt);

b) O Gabinete de Atendimento ao Múncipe, em funcionamento de segunda a sexta-feira das 09:00 h às 12:00 h, das 14:00h às 16:00h, situa-se no Edifício dos Paços do Concelho de Ponte de Lima.

### **4 - Acto Público da Hasta Pública:**

a) As propostas são efectuadas por licitação verbal, aberta que seja a praça.

b) O primeiro lanço deve corresponder ao valor base de licitação anunciada, não podendo os lanços subsequentes ser de valor inferior a 50,00 € (cinquenta euros).

c) Podem intervir na praça os interessados e os eventuais titulares de direito de preferência ou os seus representantes devidamente identificados e, no caso de pessoas colectivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar.

d) O interessado deve declarar a qualidade em que licita, nomeadamente, em nome próprio ou em representação, ou ainda como mandatário, gestor de negócios ou representante de outrem, apresentando para o efeito documento comprovativo dessa qualidade no prazo de cinco úteis contados da data da licitação.

e) A licitação termina quando o Presidente da Comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

f) Terminada a licitação elabora -se acta do acto, que deve ser assinada pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

g) Não havendo licitação considera -se o acto público deserto.

### **5 - Adjudicação:**

a) Terminada a licitação, a Comissão adjudica provisoriamente o imóvel a quem tenha oferecido o preço mais elevado, que deve proceder, no primeiro dia útil seguinte ao da hasta pública, ao pagamento de 25 % do valor da adjudicação, na Tesouraria Municipal.

b) Salvo razões devidamente justificadas poderá o Presidente da comissão autorizar o pagamento referido na alínea anterior, até ao 4º dia útil seguinte (por exemplo, resgate de aplicações a prazo e outras similares).

c) A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação é da competência da Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário no prazo de 60 dias a contar da adjudicação provisória.

d) O Município pode não adjudicar provisória ou definitivamente o imóvel, mediante fundamentação adequada.

e) Se a não adjudicação definitiva se dever a motivo imputável ao Município, a importância recebida é restituída, sem necessidade de requerimento do interessado.

f) Se a não adjudicação se fundamentar em motivo imputável ao adjudicatário, perde este o direito ao montante já pago.

g) caso não seja efectuado o pagamento referido na alínea a) e na alínea b), a adjudicação provisória ficará sem efeito, devendo notificar-se o adjudicatário.

h) A transmissão do imóvel será efectuada em regime de propriedade plena através de escritura lavrada por notário a designar, da responsabilidade do comprador.

#### **6 - Pagamento**

a) O pagamento do valor restante será efectuado no dia da celebração da escritura pública de compra e venda;

b) a escritura pública de compra e venda do imóvel terá lugar em data, hora e local a marcar pelo comprador com a concordância do vendedor, devendo comunicar com a antecedência de 48 horas;

c) o não comparecimento por parte do adjudicatário provisório para a celebração da escritura referida na alínea anterior, tornará a adjudicação nula e de nenhum efeito, perdendo este a totalidade do valor que haja pago.

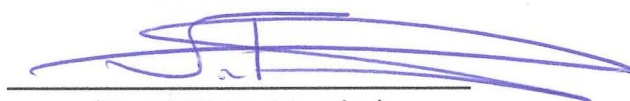
#### **7 - Impostos e outros encargos e despesas devidos:**

a) Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis;

b) Imposto do selo;

c) escritura pública de compra e venda;

Ponte de Lima, 1 de Abril de 2014,  
Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima,



(Eng.º Victor Mendes)